



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2015 (Do Sr. Carlos Melles)

Solicita a convocação do Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, proprietário da Gráfica Brasil, para prestar depoimento nesta CPI.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 58, § 3º da Constituição Federal, 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, proprietário da Gráfica Brasil, para prestar depoimento nesta CPI criada “*com a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público*”.

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública federal, sempre foi importante instrumento de financiamento de longo prazo no país. Trata-se de instituição que conta com corpo técnico do mais alto padrão, focando sua atuação na promoção do investimento, variável-chave para o crescimento econômico sustentável.

Nos últimos anos, notadamente a partir do 2º governo Lula, optou-se por conferir ao Banco importância ainda maior. Se poucos anos atrás a instituição desembolsava algo como R\$ 60 bilhões ao ano, hoje esse número se aproxima dos R\$ 200 bilhões. Isso o coloca entre as maiores instituições de desenvolvimento do mundo, ultrapassando, em valores financiados, até mesmo o Banco Mundial.

Para suportar tamanho aumento de participação no crédito da economia brasileira, o governo optou por acionar uma fonte de captação para o BNDES que inexistia até recentemente. Passou o Tesouro Nacional a conceder crédito ao Banco, em montantes que, somente de 2009 pra cá, situam-se na casa de R\$ 500 bilhões.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Essa montanha de recursos públicos vem sendo concedida a um custo bastante elevado para a população brasileira. O Banco deve ao Tesouro à TJLP, enquanto o custo de captação do Tesouro equivale, grosso modo, à Selic. Atualmente, a diferença entre essas 2 taxas implica subsídio nas operações do BNDES na casa de algumas dezenas de bilhões de reais ao ano.

A despeito disso, a instituição tem se pautado pela falta de transparência em suas operações. Não fornece informações sobre operações com empresas daqui ou do exterior. Tem se negado também a fornecer dados relacionados a empréstimos que envolvem outros países/governos. Ademais, falta transparência aos critérios de escolha das empresas que fazem jus a operações com taxas e demais condições tão atraentes.

Suspeitas vêm constantemente sendo levantadas em torno das operações do BNDES e de sua subsidiária BNDESPar. Alguns exemplos são: concentração no setor frigorífico e demais atos da chamada “política de campeões nacionais”; empréstimos concedidos a empresas com claras dificuldades financeiras e sem capacidade de pagamento; concessão de financiamentos a países alinhados ideologicamente com o governo, a taxas claramente abaixo das de mercado; e beneficiamento de empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção. Como se vê, há fartas razões para que esta Casa tenha optado por investigar em profundidade todas as operações do BNDES entre 2003 e 2015.

O Sr. Bené também é investigado no âmbito da Operação Acrônimo, conduzida pela Polícia Federal. Matéria de Época, de junho de 2015, intitulada “*Bené pagou despesas de resort de luxo para Pimentel e mulher na Bahia*”, nos informa que “*no curso da investigação da Operação Acrônimo que investiga o desvio de recursos públicos para o financiamento de campanha do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, a Polícia Federal descobriu que o empresário Benedito Oliveira, o Bené, pagou R\$ 12,1 mil referentes a despesas de um hotel de luxo para o então ministro do Desenvolvimento e para a primeira dama de Minas Gerais, Carolina Pimentel*”. Aqui é importante reforçar a estreita relação existente entre o Sr. Bené e o então titular do MDIC, superior hierárquico do BNDES. Não teria essa proximidade viabilizado transações junto ao BNDES de interesse de empresas “defendidas” pelo Sr. Bené?

Em reportagem publicada no site de Época, de 30/07/15, indica-se a existência de uma rede arquitetada por Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, conhecido com Bené, que atuava como verdadeira “ponte” entre o BNDES e empresas que almejavam contar com apoio financeiro do Banco. Tal ligação seria viabilizada por meio de empresas de fachada (Bridge e BRO) e pela Gráfica Brasil, que, convém pontuar, prestou serviços à campanha do Sr. Fernando Pimentel ao governo de Minas Gerais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mais recentemente, já em outubro de 2015, dando continuidade à Operação Acrônimo, agora na sua 3ª fase, mandado de busca e apreensão foi cumprido na casa do diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Sr. Mauro Borges. De se notar que esse Sr. também foi titular do MDIC, tendo assumido a pasta logo após a gestão do Sr. Pimentel.

A atuação do Sr. Bené junto ao BNDES está repleta de suspeitas, podendo, inclusive, envolver interferências indevidas por parte de ex-titulares do MDIC, órgão ao qual o Banco está vinculado.

Segundo inquérito da Polícia Federal, constam ainda como ligadas à Bené as seguintes empresas: JBR Gráfica e Logística LTDA, CS Construções e Serviços LTDA, Digiprint Gráfica e Editora LTDA-ME, DUE Promoções e Eventos LTDA, GMB Comercio de Vinhos LTDA, JBR Editora LTDA, JBR Editora LTDA-ME, LPLB Serviços Gráficos e Tecnologia LTDA-EPP, Lumine Editora LTDA-EPP, P & R Comunicação, Multimídia e Tecnologia Eireli-EPP, PP & I Participações Patrimoniais e Imobiliárias S/A., e Estância Leiteira São Caetano LTDA-ME.

Pelos motivos elencados acima, torna-se fundamental a presença do senhor Benedito Rodrigues de Oliveira Neto para que possa depor nesta CPI, no sentido de esclarecer estes e outros os fatos noticiados relativos à suspeita de desvio de recursos públicos geridos pelo BNDES.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2015.

Carlos Melles
Deputado Federal
Democratas/MG